ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

CONFLITOS ENTRE BRIGADIANOS E POPULARES: MASCULINIDADES, CLASSE E RAÇA NA DOCA DAS FRUTAS (PORTO ALEGRE/RS, 1950)

Conflicts between brigade members and popular people: masculinities, class and race in Doca das Frutas (Porto Alegre/RS, 1950)

VINÍCIUS MENDES REIS FURINI[1]

EDITORA-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 11/07/2023

ACEITO: 01/11/2023

COMO CITAR:
FURINI, V. M. R. Conflitos entre brigadianos e populares: masculinidades, classe e raça na Doca das Frutas (Porto Alegre/RS, 1950). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 180-200, dez.-mar. 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

RESUMO
O presente artigo tem o objetivo de investigar, através de documentação policial-judicial, as relações sociais, raciais e de gênero estabelecidas por diferentes sujeitos e grupos sociais em espaços de sociabilidade e lazer populares, na região da Doca das Frutas, "vila de malocas" localizada na região central de Porto Alegre, entre as décadas de 1940 e 1950. As relações sociais entre esses sujeitos eram marcadas por inúmeros conflitos que articulavam noções de classe, raça e gênero. Assim, a investigação sobre o conflito envolvendo Alcides Monteiro com a dupla de brigadianos, Alípio Cabral e Hildebrando Godói, possibilita a construção de uma análise sobre como as masculinidades entre esses sujeitos era operada a partir de classificações sócio-profissionais e de critérios raciais.

PALAVRAS-CHAVE: conflitos; masculinidades; raça.

ABSTRACT
This article aims to investigate, through police-judicial documentation, the social, racial and gender relations established by different subjects and social groups in spaces of popular sociability and leisure, in the region of Doca das Frutas, "vila de malocas" located in the central region of Porto Alegre, between the 1940s and 1950s. The social relations between these subjects were marked by numerous conflicts that articulated notions of class, race and gender. Thus, the investigation into the conflict involving Alcides Monteiro with the brigadian duo, Alípio Cabral and Hildebrando Godói, makes it possible to build an analysis on how the masculinities between these subjects were operated based on socio-professional classifications and racial criteria.

KEYWORDS: conflicts; masculinities; race.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), Bolsista CAPES. ORCID iD: https://orcid.org/0000-0001-8442-4799. E-mail: vfurini_@hotmail.com

Na tarde do dia 26 de março de 1950, Alcides Monteiro acompanhado de seus amigos Conceição Mello e Paulino Alves dos Santos se envolveu em briga com os soldados da Brigada Militar, Alípio Cabral e Hildebrando Godói. O conflito teria ocorrido logo após a intervenção dos brigadianos[2] em conflito originado em cancha do "jogo do osso", na Doca das Frutas, "vila de malocas" localizada na região central de Porto Alegre. Alcides, ressentido e inconformado com a bofetada que teria recebido de Alípio, planejou vingar-se dos soldados e organizou uma emboscada junto com seus amigos[3]. O conflito protagonizado por brigadianos e populares[4] naquele espaço oportuniza a investigação das relações sociais estabelecidas entre homens pertencentes às camadas populares e "agentes da lei"[5], observando como seus laços de sociabilidade e conflitos repercutiam e expressavam as concepções de masculinidade pertencentes a estes sujeitos, possibilitando uma análise interseccional sobre como a cor, a condição social e a masculinidade eram articuladas por estes sujeitos e eram expressadas através de suas concepções de honra, masculinidade, valentia e virilidade.

O artigo pretende investigar a produção e reprodução de masculinidades em espaços populares, especialmente aqueles com presença predominantemente masculina, como botequins, tabernas, mercadinhos e, sobretudo, "cancha do osso". O objetivo é analisar as diferentes concepções de masculinidades operadas no conflito envolvendo esses sujeitos e a forma como elas eram tensionadas por marcadores sociais, como gênero, classe e raça.

A documentação policial e judicial, sobretudo os inquéritos policiais e processos criminais vêm se configurando, nas últimas décadas, como importante fonte para análise histórica, tanto pela forma como auxilia na compreensão das relações entre os sujeitos sociais em outras sociedades ou períodos históricos, quanto para estudar a própria relação entre Justiça e os sujeitos históricos em temporalidades diversas (GRINBERG, 2009, p. 121). Os processos-crime e inquéritos policiais possibilitam um contato mais próximo com os sujeitos sociais investigados, na medida em que se configuram, mesmo com algumas intermediações, como uma das poucas fontes históricas que permitem uma abordagem do cotidiano e das interpretações e justificativas produzidas por sujeitos subalternizados em suas próprias ações (MONSMA, 2016, p. 31). Embora os diálogos sejam marcados por uma desigual relação de poder e intermediados por um aparelho jurídico e repressivo,

[2] Termo utilizado na denominação dos soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Além desta terminologia, o presente artigo também utilizará os termos "praças", "soldados" e "militares" para se referir a estes sujeitos.

[3] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo n° 418. 1950.

[4] Denominaram-se como "populares" os sujeitos presentes no inquérito policial gerado a partir do conflito investigado. Tratam-se de homens adultos, pertencentes à classe trabalhadora que buscavam diversão e lazer naquele espaço de sociabilidade popular. Sua denominação, contudo, é utilizada em contraste aos brigadianos.

[5] Compreende-se como "agentes da lei" todos aqueles que estivessem envolvidos com a prática de policiamento ou com o sistema judicial.

esta documentação continua, contudo, possuindo validade de análise (GRINBERG, 2009; MONSMA, 2016).

Os processos criminais, como observa Cláudia Mauch, constituem fonte que contribui para que historiadores(as) investiguem os valores e normas sociais das classes populares em determinado momento histórico, recuperando – em certa medida – o discurso dos pobres e possibilitando outras formas de estudo sobre a cultura popular (MAUCH, 2013, p. 23). Por sua vez, o inquérito policial – principal fonte utilizada neste artigo – se trata de "uma peça composta de laudos técnicos, depoimentos tomados em cartório e de um relatório juridicamente orientado, assinado por um delegado de polícia", onde já se encontram nomeados os suspeitos daquela investigação (MISSE, 2011, p. 19). Assim, conforme afirma Michel Misse, o inquérito policial é a principal peça no processo de incriminação no Brasil, sendo um extraordinário dispositivo de poder nas mãos de delegados de polícia, uma vez que é a peça que abre o processo criminal e acaba exercendo influência sobre juízes e promotores (MISSE, 2011, p. 15; 19). Sua utilização como fonte histórica, porém, requer cuidados teóricos e metodológicos, conforme salientam André Rosemberg e Luís Antonio Francisco de Souza, uma vez que se por um lado "a documentação oferece um potencial mais abrangente para análise", por outro, "demanda cautela e atenção redobradas, a fim de se evitarem armadilhas metodológicas, como a tentação de se exagerar a amplitude de plausibilidade e verossimilhança, tomando a versão por verdade" (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p. 170).

Assim, tendo em vista a discussão teórico-metodológica sobre a utilização desta fonte histórica e as recomendações expressas por Rosemberg e Souza (2009), os relatórios policiais e depoimentos de réus, vítimas e testemunhas não serão tomados de maneira literal, mas como pertencentes a um complexo processo de construção narrativa que tinha a intenção de construir verdades (MAUCH, 2013, p. 22). Deste modo, não se pretende buscar por aquilo "que realmente aconteceu", mas compreender, conforme salienta Sidney Chalhoub, como "se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso" (CHALHOUB, 2001, p. 40-41).

UMA CIDADE EM EXPANSÃO E TRANSFORMAÇÃO: PORTO ALEGRE, AS "MALOCAS" E A DOCA DAS FRUTAS EM MEADOS DO SÉCULO XX

A cidade de Porto Alegre acompanhou, ao longo do século XX, uma série de transformações urbanas, políticas e sociais, em parte resultantes do processo de modernização que pretendia transformá-la em metrópole nacional. No começo do século XX, à medida que Porto Alegre se transformou na maior cidade e centro comercial e industrial do Rio Grande do Sul, teve sua população e espaço urbano crescido de maneira expressiva (VARGAS, 2017, p. 127). Esse crescimento, contudo, foi acentuado em meados daquele século, ao passo que a população urbana

da cidade registrou, em 1940, 272.232 habitantes e, na década seguinte, 394.151, representando um crescimento de 51,86% e 44,78%, respectivamente[6].

Entre as principais explicações para o aumento demográfico da cidade em meados do século XX, a migração da população rural para a metrópole se configura como a mais recorrente, estando presente, inclusive, na interpretação coetânea discutida tanto na documentação administrativa da cidade (MENEGHETTI, 1952), quanto pela imprensa da época (KLAFKE; WEIMER; FURINI, 2022). Em pesquisa sobre o processo de migração para Porto Alegre entre 1943 e 1963, Álvaro Klafke e Rodrigo Weimer criticam tanto o termo "êxodo rural", quanto as explicações generalizantes advindas dele. Não se trata de negar a sua importância, mas propor um olhar mais particularizado sobre os fatores subjetivos que fizeram com que esses atores sociais migrassem para Porto Alegre. A pluralidade de destinos possíveis dificulta o entendimento do "êxodo rural" como categoria unívoca, massiva e vitimizante da população rural (KLAFKE; WEIMER, 2016, p. 14).

A recepção na capital do Rio Grande do Sul da população rural que migrou para Porto Alegre na metade do século XX foi tida como principal fator do desregulado crescimento urbano e demográfico, vindo a expor o problema habitacional presente naquela cidade em processo de transformação em metrópole. O relatório administrativo de Ildo Meneghetti, então prefeito de Porto Alegre, em 1952, relacionou o problema habitacional de maneira direta com as migrações rurais-urbanas, ao passo que afirmava que as precárias condições materiais no campo, a falta de assistência aos trabalhadores rurais e o fascínio que as "grandes cidades e suas diversões" exerciam sobre estes sujeitos eram importantes fatores de atração (MENEGHETTI, 1952, p. 850).

Além disso, o relatório faz relação direta da vinda da população rural à capital com o aparecimento de conjuntos de casas, construídas de maneira precária, sem infraestrutura básica para moradia e em espaços – muitas vezes irregulares – que foram denominados como "vilas de malocas". Porto Alegre, segundo o referido relatório,

> É uma cidade que cresceu pelos vales. Ela é como que uma grande mão, com o punho apoiado numa curva do Guaíba e os dedos a repousarem por entre os morros, acompanhando o casario, o curso dos riachos e se espraiando à sombra das colinas e morros que margeiam a cidade. Sobraram, por isso, pela grande extensão da capital, muitos terrenos baldios, muitas vezes próximos às linhas de bondes, que se desdobram, para poder alcançar as casas dos bairros distantes. Começaram a aparecer nestes terrenos, uns, pertencentes a particulares, outros, à Municipalidade, pequenos casebres, construídos do dia para a noite, sem licença de qualquer espécie, sem forma e arruamento. De início não havia problemas. Desde o momento, entretanto, em que o povo notou as vantagens da vida nestes casebres,

[6] O aumento do primeiro caso é em relação aos dados de 1920, pois não contamos com estatísticas para a década seguinte. Os dados de 1940 e 1950 foram extraídos pelos recenseamentos do IBGE. Ver em: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Censo Demográfico: População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de julho de 1950). Série Regional. Volume XXVIII – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Censo Demográfico: População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1955.

> vida sem preocupações e sem impostos e reparou que os construtores e moradores não foram dali desalojados, houve um surto repentino destas construções e surgiram, de repente, as chamadas vilas de 'malocas'. (MENEGHETTI, 1952, p. 851)

As "vilas de malocas" começaram a aparecer no cenário urbano porto-alegrense no começo da década anterior e foram se desenvolvendo de maneira rápida, ao passo que o documento administrativo do começo da década seguinte expõe essa situação e se propõe a solucionar aquilo que era tido como o "problema das malocas". Em estudo pioneiro sobre esta temática, Laudelino de Medeiros afirma que embora sempre existissem "casebres" situados em determinadas regiões da cidade, por volta da metade da década de 1940, esse fenômeno assumiria novos contornos, se espalhando em larga escala pela cidade. Para Medeiros: "A construção em massa em lugares determinados [...] apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de 'vilas de malocas'" (MEDEIROS, 1951, p. 15).

A Doca das Frutas, por sua vez, espaço onde ocorre o conflito analisado, é uma das "vilas de malocas" que aparecem no cenário urbano porto-alegrense naquele momento, tendo o seu surgimento decorrido do comércio fluvial de frutas na capital. Os comerciantes, vindos do interior do estado, acabaram fixando residência no local e, em pouco tempo, a Doca das Frutas acabou se configurando como uma "vila de malocas" que chamava atenção dos jornais e do poder público (KLAFKE; WEIMER; FURINI, 2022; WEIMER, 2018). Espaço presente no estudo sociológico de Laudelino de Medeiros, ele indicou que, por conta de sua origem, ela também era conhecida como "Vila Surgida das Águas" (MEDEIROS, 1951, p. 52).

Ao longo de sua história, a Doca das Frutas foi removida e reapareceu pelo menos três vezes no espaço urbano de Porto Alegre: primeiramente no entorno da rua Voluntários da Pátria com a Conceição (década de 1940), no final da rua Coronel Vicente (1956-1960), da Ramiro Barcellos (1963-1965) e, por fim, na Praia de Belas (década de 1970), entretanto, neste momento sua presença estava mais associada ao comércio do que lugar de moradia (KLAFKE; WEIMER; FURINI, 2022, p. 142-143). O conflito analisado corresponde à primeira aparição da Doca das Frutas. As suas constantes remoções demonstram que a Doca das Frutas, desde seu aparecimento no cenário urbano, era um espaço em constante ameaça de despejo, enfrentando uma série de estigmas produzidos e reproduzidos pela imprensa e pelo poder público municipal, que eram contrários a sua presença na região central da cidade. Novamente, Ildo Meneghetti, em seu relatório administrativo, demonstra a forma como a Prefeitura Municipal produzia uma representação sobre as "malocas" e, em especial, a Doca das Frutas, afirmando que:

> Na "Zona do Litoral", na chamada Doca das Frutas, trecho compreendido entre as ruas Conceição e Garibaldi, existe o baixo meretrício. Os crimes por roubo, furto, assassinato,

> são diários. O jogo do "osso" e o de baralho é livre, e as notas de dez, vinte e mais cruzeiros correm como objetos de pouco valor. É evidente a inversão dos valores morais.
> Os "dancings" funcionam em plena luz do dia. Os amantes da música popular localizam-se, ora no portal da maloca, ora na frente da mesma, reunindo, em torno de si, grupos de admiradores. Os alcoólatras são encontrados nas sarjetas, nas ruas e nos botequins. É permanente o policiamento que não consegue, entretanto, evitar o crime, o jogo, a malandragem, os desafios, as brigas e o sensualismo. Em contraste com este lado degradante, encontram-se famílias que não podendo suportar tal rebaixamento moral, pedem o auxílio da Prefeitura para serem transferidas para locais mais decentes. (MENEGHETTI, 1952, p. 860)

O relatório, carregado de juízos morais sobre aquele espaço popular, é categórico em afirmar que a inversão dos valores morais é evidente. Com o objetivo de justificar as ações de controle social e políticas de despejo da Doca das Frutas para regiões afastadas da região central, ele destaca os aspectos negativos daquele espaço; o álcool, o jogo, a prostituição e a violência são reforçados narrativamente e, embora finalize afirmando que existem famílias que não suportam o "rebaixamento moral" e solicitam auxílio da Prefeitura para serem transferidas para "locais mais decentes", a Doca das Frutas é reduzida ao crime e à contravenção. Evidentemente não era a intenção de seus produtores apresentar os elementos positivos daquele local: o seu dinamismo econômico e social, os laços de vizinhança, os seus espaços de sociabilidade e lazer etc., ao contrário, estes eram estigmatizados e considerados como locais imorais e promíscuos pelo relatório administrativo.

MASCULINIDADES, CLASSE E RACIALIZAÇÃO NOS CONFLITOS ENTRE BRIGADIANOS E POPULARES

Na tarde de domingo do dia 26 de março de 1950, Alípio Cabral e Hildebrando Godói, soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, se dirigiram à região conhecida como Doca das Frutas, próxima à Estação de Viação Férrea no centro da cidade, para se divertirem e aproveitarem o momento de descanso. Ao transitarem por aquele espaço, os soldados encontraram um grupo de homens que praticavam o "jogo do osso" e que pareceram não se importar com a presença dos brigadianos pelo local. Durante o passeio, a dupla encontrou um velho amigo de Alípio, um tal de Alberi, que após breve conversa convidou-os para tomarem um café. Ao regressarem em direção à avenida Voluntários da Pátria, Alípio e Hildebrando teriam se encontrado com um grupo de homens que, liderados por Alcides Monteiro, teriam os agredido. No momento da agressão, Alcides sacou uma adaga e se direcionou aos soldados dizendo: "agora vocês não vão

dar em mais ninguém", tendo logo em seguida desferido um golpe contra Alípio, desencadeando uma luta corporal entre os envolvidos[7].

Os acontecimentos narrados acima estão presentes no relatório policial produzido a partir do conflito envolvendo esses sujeitos. Entretanto, quais teriam sido as causas para o conflito envolvendo populares e brigadianos? Os depoimentos de réus, vítimas e testemunhas ajudam a investigar as diferentes causas possíveis para o caso. O depoimento de Hildebrando Godói à polícia, em 30 de março daquele ano, embora afirme não haver motivos para o ataque sofrido, possibilita a interpretação de que as relações de gênero envolvendo as disputas de masculinidade possam ser um elemento do conflito. Natural do município de Palmeira das Missões, Hildebrando, de cor branca e com 26 anos de idade, atuava há oito anos na Brigada Militar e argumentou nunca ter se envolvido em incidentes dessa natureza. Segundo seu depoimento, a dupla acompanhou Alberi até sua casa, sendo conduzida para um beco sem saída e, ao regressar, encontraram um grupo "em atividade suspeita", tendo Alcides, momentos antes da agressão, gritado para Alípio: "vou te ensinar a dar em homem, filha da puta [*sic*]". O soldado ainda afirmou também ter sido agredido na ocasião.

As relações entre policiais e a população são historicamente conflituosas, marcadas pela suspeição, vigilância e repressão por parte dos policiais, e também pelas relações ambíguas que a população tem com a força policial, ora vista como uma instituição responsável pela segurança pública, ora simplesmente pela sua repressão. Entretanto, é relativamente recente a produção historiográfica brasileira preocupada em investigar a polícia, como sujeito e objeto de estudos, não a tomando simplesmente como agente repressor do Estado burguês. Marcos Luiz Bretas e André Rosemberg afirmam que as pesquisas sobre a história da polícia no Brasil tiveram um lento desenvolvimento na historiografia nacional, sendo recente a produção de um conjunto de referências básicas para a constituição de um campo e, conforme ressaltam Bretas e Rosemberg, há, assim, um grande espaço aberto para novas temáticas (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 173). No cenário latino-americano, se observam as preocupações de Lila Caimari de que a polícia se constituiu em uma das fronteiras "quentes" no campo de estudos sobre a história do crime, uma vez que permite um desenvolvimento historiográfico em direções distintas e que depositou, em seus arquivos, uma nova expectativa para a história sociocultural urbana (CAIMARI, 2016, p. 11).

Em trabalho que analisa a formação policial no Rio de Janeiro da virada do século XIX e primeiras décadas do século XX e suas relações com a população, Marcos Luiz Bretas afirmou que é "no seu relacionamento [polícia] com os múltiplos grupos sociais existentes na cidade que a polícia desenvolve seus recursos, produzindo ao final do período um leque de estratégias que, de acordo com sua avaliação do encontro, permite ao policial recorrer à violência ou a formas de negociação"

[7] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo n° 418. 1950.

(BRETAS, 1997, p. 72). A polícia opera, então, através de um processo classificatório de identificação social dos grupos populares da cidade, a fim de disciplinarizar a população através de regras de comportamento social no ambiente urbano (BRETAS, 1997, p. 104). Essa classificação, contudo, é operada, conforme Bretas (1997, p. 104), através de critérios de gênero, cor, nacionalidade e trabalho.

A Brigada Militar, por sua vez, foi oficialmente criada em 1892, pelo ato nº 357, de 15 de outubro daquele ano, assinado por Fernando Abbott, presidente interino do Rio Grande do Sul. Tratava-se de um exército militar em âmbito estadual que foi nas primeiras décadas o braço armado do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), servindo como mecanismo de sustentação da oligarquia sul-rio-grandense durante a Primeira República, reprimindo, por exemplo, os opositores políticos do castilhismo, durante a Revolução Federalista (SILVA, 2020, p. 124). Embora a corporação militar tivesse sofrido inúmeras modificações no intervalo de algumas décadas, em 1950, ela mantinha seu caráter de exército estadual.

De volta ao depoimento do soldado, apesar de Hildebrando alegar não saber os motivos da agressão sofrida por ele e seu colega, outros depoimentos indicam que ela ocorreu devido a intervenção dos brigadianos em questões relativas ao "jogo do osso" que estava sendo praticado. O inquérito da Polícia Militar, instaurado para averiguar os acontecimentos que deixaram dois de seus soldados enfermos, coletou o depoimento do jornaleiro Manoel Jerônimo de Castilhos, natural de Encantado, mas residente "em uma das malocas sem número da rua Garibaldi", localizada na própria Doca das Frutas, que participava da partida e afirmou que os brigadianos teriam interferido na briga que envolveu Alberi e Alcides. Alberi estava perdendo a partida quando decidiu segurar um dos ossos para que o jogo não continuasse, ao passo que Alcides acertou-o com golpes de navalha, o que necessitou a ação enérgica dos brigadianos. Manoel afirmou ter conhecimento de que mais tarde o conflito ocorreu novamente, tendo os dois soldados sido conduzidos ao Pronto-Socorro.

Alcides Monteiro, principal responsável pelos eventos ocorridos na tarde de 26 de março, já era uma personagem conhecida pela polícia porto-alegrense, tendo cumprido pena de três meses de detenção, em 1943, pela prática de jogo de azar e, em 1948, por vadiagem. Em sua ficha de identificação na Casa de Correção – em sua primeira passagem pela instituição carcerária – indicava que era um homem branco, com 22 anos de idade, natural de Santana do Livramento e que exercia a atividade de jornaleiro. Apesar do depoimento do soldado Alípio Cabral à polícia indicar que Alcides tivesse sido o único detido, tendo os demais participantes da agressão fugido do local, não consta, no entanto, qualquer indício na documentação analisada que ele houvesse sido detido pela polícia em decorrência do ocorrido[8].

[8] Não constam na fonte investigada quaisquer documentos que indiquem que Alcides Monteiro tivesse sido detido em decorrência da agressão da dupla de brigadianos. Não há registros de prisão em flagrante, depoimento à polícia e quaisquer termos assinado por ele.

Em depoimento à polícia em 27 de abril, a meretriz Suely Scavini, natural de Caxias do Sul, de cor mista, afirmou ter tido contato com Alcides há duas semanas, tendo ele afirmado que "andara fazendo umas artes", tendo quase degolado um brigadiano e ferido outro no rosto. Na ocasião, Suely lembrou-se de Alípio Cabral, "pessoa íntima da declarante" que estava criando e educando uma filha sua e encontrava-se com os ferimentos descritos por Alcides. Ao ser interpelado por Suely, Alcides não esclareceu os motivos da agressão, mas afirmou ter recebido o apoio de Valdevino de tal e "Fu-Manchu". Suely afirmou também ter reencontrado Alcides de maneira casual, tendo ele lhe dito que embarcaria como carvoeiro no navio Santa Bárbara, em direção ao norte do Brasil – de certo para escapar das acusações de agressão movidas contra ele. Segundo Suely, Alcides se trata de um "indivíduo perigoso, desordeiro, e sem residência fixa, que costuma andar sempre armado e é temido no seio da malandragem".

O depoimento de Conceição Mello, conhecido como "Fu-Manchu", natural de Santana do Livramento, de cor preta, jornaleiro e sem residência fixa e que "por vezes vem morar em barcas na Doca das Frutas", confirmou a existência da briga, mas negou sua participação nela. Conceição corroborou que Alcides havia fugido em embarcação rumo ao norte do Brasil. Ambos os testemunhos descritos acima indicam que Alcides havia partido em embarcação rumo ao norte do país, ademais, sua ficha de identificação na Casa de Correção indicava que sua profissão na ocasião da detenção era "jornaleiro", sendo possível, portanto, que Alcides, entre uma confusão ou outra, ganhasse a vida prestando serviços na região da Doca das Frutas e do Cais do Porto. Alcides Monteiro teria – em certa medida – o perfil masculino almejado para esse tipo de serviço, visto que, conforme Fernando Teixeira da Silva (2004, p. 209), a "questão da valentia" ganhava significados públicos e institucionais, sobretudo, em meio às disputas políticas e sindicais, sendo, portanto, muitas vezes encorajadas demonstrações de valentia e virilidade entre esses trabalhadores. Assim, Alcides seria um trabalhador requisitado para serviços portuários, como com a embarcação em direção ao norte que lhe daria a oportunidade de escapar da procura dos policiais.

A má-fama de Alcides Monteiro vista nas declarações de Suely encontra-se em oposição à imagem do soldado Alípio Cabral, tido pela testemunha como cidadão ordeiro e caridoso, visto que estaria o brigadiano cuidando de uma filha sua. A imagem negativa de Alcides é reforçada no depoimento de Valdevino Fernandes e de Doroty Soares da Silva. Natural de Caxias do Sul, Valdevino, de cor branca, era torneiro mecânico – embora estivesse trabalhando como marítimo – e residia no Restaurante Pipi, na Doca das Frutas. Em seu depoimento alegou não ter relação com a briga, estando na ocasião em companhia de sua amásia Doroty Soares. Além disso, afirmou possuir uma relação de inimizade com Alcides Monteiro, confirmada por sua companheira, que reafirmou as desavenças entre Valdevino e Alcides. Em seu depoimento, Doroty afirmou que Alcides era um

"indivíduo perverso, perigoso, desordeiro e costuma sempre andar armado" e que possui inimizade com Valdevino por conta de uma surra que o dera no passado.

O "jogo do osso", responsável por originar a desavença entre os sujeitos, era bastante conhecido e praticado no Rio Grande do Sul, estando presente nos espaços populares do Estado. Embora sua prática fosse enquadrada como contravenção penal, tratava-se de uma prática de sociabilidade entre homens populares. Segundo Elaine Rosner da Silveira, "se, por um lado, existe uma referência aos jogos e ao jogo do osso como prática de marginais e desocupados, pela ilegalidade em que está enquadrado, por outro, há toda uma associação do jogo do osso a uma especificidade regional e ao tradicionalismo gaúcho" (SILVEIRA, 1999, p. 276). Uma cancha de jogo do osso é um espaço predominantemente masculino pois, embora nele a presença feminina não fosse proibida, configurava-se como local específico de sociabilidade entre homens de grupos populares (SILVEIRA, 1999, p. 274-275). Assim, se, conforme apontou Silveira (1999), um espaço em que é praticado o jogo do osso se configura como local de sociabilidade entre homens populares, não seria incomum que também fosse palco de inúmeros conflitos como o que envolveu dois jogadores, Alcides e Alberi, necessitando da intervenção dos brigadianos. Neste sentido, os significados presentes na partida e no conflito realçam aspectos constitutivos da produção social de masculinidades nos grupos populares, conforme será visto adiante.

Os espaços de sociabilidade e lazer eram locais procurados e frequentados por diferentes sujeitos e grupos sociais que se dirigiam em direção à Doca das Frutas em busca de diversão, como a dupla de soldados da Brigada Militar. O depoimento de Jorge Alberi à Polícia Militar, em 16 de maio daquele ano, possibilita a compreensão destes espaços. Natural de Tupanciretã, Alberi era oleiro e também residia em uma "maloca" que sabemos fazer parte da Doca das Frutas. Em seu depoimento, Alberi contou que naquela tarde saiu do mercadinho de Albuquerque de tal, "onde havia tomado três garrafas de cerveja", quando encontrou com os soldados e convidou-os para tomarem um café em sua casa. Alberi afirmou não se lembrar da confusão com Alcides, uma vez que acabou "perdendo as faculdades mentais em virtude de seu avançado estado alcoólico", sabendo mais tarde que os praças teriam saído acompanhados por Quintino de tal. Alberi afirmou ainda não saber se os soldados chegaram a participar da partida.

Observa-se nos depoimentos de Manoel e, sobretudo, no de Alberi a preocupação da investigação militar em saber, não apenas sobre a agressão e seus envolvidos, mas também sobre a conduta dos soldados. Eles teriam participado do jogo? Haviam consumido álcool? O que dois brigadianos faziam – durante sua folga – num espaço "malvisto" como a Doca das Frutas? Essas questões eram importantes para saber se os brigadianos haviam adotado alguma postura considerada como imoral pela Corporação. Em trabalho sobre a Polícia Administrativa de Porto

Alegre, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Cláudia Mauch observa que o regulamento dessa nova força policial almejava uma mudança na forma de recrutamento e no perfil de seus policiais, desejando que o policial fosse um homem educado e de comportamento exemplar. Assim, conforme Mauch, "as autoridades republicanas idealizaram uma polícia 'civilizada' para Porto Alegre, ou seja, que conseguisse manter a ordem e a moralidade sem o recurso sistemático à truculência" (MAUCH, 2017, p. 57).

Neste sentido, se é possível observar a preocupação das autoridades policiais, na virada do século XIX, com o perfil daquele que faria o policiamento nas ruas de Porto Alegre, almejando o seu bom comportamento e a recusa a práticas que transgredissem a norma social, esta questão também se faz presente no caso analisado. Apesar da distância temporal com relação ao período investigado por Mauch (2017) e da diferença entre a Polícia Administrativa e a Brigada Militar, é evidente que a questão moral era uma preocupação presente na Corporação, fazendo com que a conduta de seus praças fosse averiguada pela própria instituição – em inquérito paralelo ao da Polícia Civil. Diferentemente da Polícia Administrativa, a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul constituía, na ocasião, um exército estadual e, portanto, não poderia fazer o policiamento. A Brigada Militar só assumiu a função de polícia em 1957 (KARNIKOWSKI, 2010, p. 323).

Por um lado, se havia a preocupação – por parte de oficiais militares – em saber sobre a presença e o possível envolvimento de seus praças na Doca das Frutas, ambiente visto com suspeição; por outro, a presença de dois soldados da Brigada Militar naquele espaço popular levantava suspeitas pelos indivíduos ali presentes. Para Sidney Chalhoub (2001, p. 282) a desconfiança em relação à autoridade não se devia pela percepção de que as leis existissem para garantir os privilégios de determinados setores sociais, mas por sua constatação mais imediata e visível: a repressão das práticas, dos costumes e lazeres de homens populares. As contínuas ações de controle e vigilância polical acabavam, em muitos casos, criando uma série de rixas entre membros da vizinhança (CHALHOUB, 2001, p. 284). Apesar de Chalhoub investigar outro período e espaço, isto é, o Rio de Janeiro da virada para o século XX, sua análise sobre os conflitos envolvendo "meganhas" e populares podem ser estendidas para Porto Alegre de meados daquele século.

No caso da Polícia Administrativa de Porto Alegre, Cláudia Mauch indica que embora uma significativa parte dos agentes responsáveis pelo patrulhamento fosse recrutada entre os próprios populares, isso não impedia, no entanto, que eles próprios tivessem que exercer atividades de controle, vigilância e repressão aos comportamentos populares (MAUCH, 2017, p. 32). Assim, apesar de compartilharem origens étnicas e sociais, condições de vida e cotidiano, a natureza de sua ocupação fazia com que os policiais tivessem uma posição delicada em sua vizinhança (MAUCH, 2017, p. 219). Essa situação pode ser observada também entre soldados da Brigada Militar. Tanto

Hildebrando, quanto Alípio eram homens de origem humilde, sendo o último morador da Caiu do Céu, "vila de malocas" de grandes proporções situadas na região da Azenha, entre as décadas de 1940 e 1950[9].

A desconfiança em relação à presença da dupla de brigadianos começa com o estranhamento entre ela e os jogadores do osso, na entrada da Doca das Frutas. É possível que Alcides Monteiro tenha conseguido – com relativa facilidade – apoiadores em seu plano de se vingar dos soldados, tendo em vista as relações conflituosas de policiais e soldados em espaços populares, resultado de suas atividades de vigilância e repressão sobre a vizinhança. Por fim, a exclamação "agora vocês não vão dar em mais ninguém", proferida por Alcides momentos antes da agressão, é significativa, uma vez que indica que sua honra e masculinidade estavam questionadas por conta da bofetada recebida anteriormente. Algumas configurações de masculinidade, de acordo com Cláudia Mauch, "estão ligadas a concepções de honra, cuja defesa, quando esta é ameaçada, deve se dar por meios violentos, de forma que vários historiadores têm abordado as complexas relações entre violência, masculinidade e honra em espaços e tempos diferentes" (MAUCH, 2017, p. 231). O antagonismo entre esses dois grupos sociais é, em certa medida, expresso na frase e atitude de Alcides Monteiro, revelando as rivalidades presentes nestes espaços. Embora os militares não estivessem de serviço na Doca, sua condição militar colocava-os sob a desconfiança dos populares, mesmo que eles pertencessem à mesma vizinhança e estabelecessem diversificadas relações com ela.

Cláudia Mauch (2017) e Giane Caroline Flores (2017) analisam a inserção e as condições de trabalho nas forças policiais de Porto Alegre. Mauch indica que o emprego na polícia ofereceria vantagens a trabalhadores pobres (MAUCH, 2017, p. 145). Flores comenta, por sua vez, que apesar de se configurar um trabalho de fácil acesso, com baixa remuneração e pesadas jornadas de trabalho, "o engajamento na polícia poderia conferir certo prestígio aos praças e soldados, principalmente aos não brancos, sujeitos socialmente criminalizados e rebaixados em uma sociedade extremamente racista" (FLORES, 2017, p. 322). Além disso, o trabalho de Flores, através da análise de dados presentes nos livros de matrícula da Força Policial, entre o final do século XIX e começo do XX, demonstra que grande parte do corpo polical era composto por "homens de cor" (FLORES, 2017, p. 322). Estendem-se, assim, as considerações propostas por Flores (2017) e Mauch (2017) aos brigadianos, em especial, a Alípio Cabral, homem de cor preta.

Natural de Tupanciretã, município no interior do Rio Grande do Sul, Alípio Cabral era um homem negro, de 23 anos, que atuava na Brigada Militar há seis anos e, assim como seu colega Hildebrando, não havia quaisquer queixas em sua ficha profissional. Conforme se observou

[9] A "vila" Caiu do Céu apareceu em Porto Alegre na década de 1940 e recebeu este nome pela velocidade com que o conjunto de casas se espalhou pela região. Ela foi removida na década seguinte para a construção do estádio Olímpico Monumental do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense.

anteriormente, Alípio residia na vila Caiu do Céu e mantinha relações de amizade com diferentes sujeitos de origem popular, como Alberi e Suely, demonstrando a circulação de sujeitos sociais no espaço urbano e a impossibilidade de separação da ordem social e suas práticas transgressoras. Nesse sentido, não é incomum que Alípio e seu colega procurassem se divertir com pessoas pertencentes às camadas populares, em espaços de sociabilidade popular, como nos botecos e canchas de jogo do osso na Doca das Frutas.

Em seu depoimento à polícia no dia 18 de abril, Alípio declarou que prestava serviço como guarda interno na Casa de Correção e que, ao sair, foi passear pela Doca das Frutas com seu colega Hildebrando, cujo destino era o "mercadinho" de seu "conhecido de infância", Alberi de tal. Alípio afirmou que receberam o convite de Alberi para participarem da jogatina – o que foi prontamente recusado pelos soldados. Em certo momento, comentou Alípio, observaram uma animosidade entre os jogadores que, exaltados, acabaram agredindo Alberi, tendo, então, sido necessário intervirem na briga. Na tentativa de conter o conflito, Alípio afirmou que fora agredido por Monteiro. Depois da briga, Alípio e Hildebrando, junto com um civil idoso, foram tomar uma caninha em um mercadinho e, depois, dirigindo-se ao terceiro mercadinho, repararam que seu proprietário, Abrelino de tal, foi chamado à rua. Desconfiados, os brigadianos o seguiram, encontrando Alcides Monteiro e outros dois indivíduos preparados para dar-lhes uma surra.

O depoimento de Alípio traz novos elementos ao caso e se, por um lado, reafirma a recusa em participar de uma prática enquadrada como contravenção penal, isto é, a partida do jogo do osso; por outro, revela a tolerância dos soldados com a sua prática. Além disso, Alípio admitiu terem frequentado alguns estabelecimentos comerciais e bebido com alguns indivíduos ali presentes. A intervenção dos brigadianos na querela envolvendo os praticantes do osso foi novamente mencionada como um antecedente à agressão sofrida. A atuação da dupla de soldados, mesmo que à paisana, no conflito local reforçava as rivalidades entre os dois grupos sociais. Segundo Cláudia Mauch, grande parte dos conflitos que envolviam os policiais estavam relacionados à "afirmação da autoridade e à disputa de masculinidade que se confundiam ou se sobrepunham" (MAUCH, 2017, p. 223). Giane Caroline Flores também identifica esse problema na Força Policial de Porto Alegre, cujas noções de honra, autoridade e virilidade influenciavam episódios de conflito.

> Além da construção da autoridade, a defesa da honra também se fazia presente no cotidiano dos policiais de fins do século XIX. As concepções de virilidade e masculinidade estavam intrinsicamente ligadas às brigas, rivalidades e confrontos que ocorriam pelas ruas, durante as rondas e também durante os momentos de sociabilidade destes indivíduos. Manter a honra masculina era essencial para estes homens fardados que não hesitavam em sacar suas facas e cassetetes para agredir a quem estivesse colocando esta honra em cheque. (FLORES, 2018, p. 10)

As discussões em torno do conceito de masculinidade vêm avançando no debate historiográfico brasileiro da última década, na medida em que foram se alargando para além do campo de estudos das relações de gênero, sendo incorporadas em outras áreas e perspectivas teóricas. Para Raewyn Connell (1995, p. 188), a "masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade". Embora reconheça a diversidade de experiências tidas como masculinas, necessitando o uso do termo no plural, Connell salienta que é preciso observar as relações de poder presentes no termo, para se distanciar do perigo de "se pensar o gênero como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo" (CONNELL, 1995, p. 188).

Michael Kimmel, por sua vez, identifica as masculinidades como construções sociais e não como categorias essencialistas, possuindo variações culturais e históricas. Kimmel compreende que as masculinidades se constroem simultaneamente em dois campos distintos, porém relacionados, nas relações de poder existentes em torno da masculinidade, sendo variável de acordo com a posição destes homens nas relações de poder ao qual estão submetidos (KIMMEL, 1998, p. 105). Essa perspectiva é reafirmada por Durval Muniz de Albuquerque Jr., que destaca a historicidade que as masculinidades possuem, estando sujeitas e mediadas por contextos sociais específicos (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 492-493).

As disputas que envolviam brigadianos e populares estavam inseridas em rivalidades históricas que contrapunham policiais e demais "agentes da lei" a sujeitos populares, pertencentes à classe trabalhadora e que viam com suspeição os policiais. Certamente, elas também englobavam questões que envolviam suas próprias masculinidades, que eram produzidas e reproduzidas a partir de seus confrontos, conforme apresentam Mauch (2017) e Flores (2017; 2018). As dimensões de gênero e de condição social e sua intersecção certamente contribuem para analisar o conflito entre esses sujeitos. As motivações de Alcides para vingar-se de Alípio indicam que ele teria apanhado durante a intervenção dos brigadianos, colocando sua honra e masculinidade em descrédito. Cláudia Mauch comenta que "a partir do momento em que um ato de um homem é interpretado por outro como insulto ou afronta à masculinidade, o homem que se preza como tal deve se dispor a lutar para garantir sua respeitabilidade diante dos demais homens e mulheres" (MAUCH, 2008, p. 9). O ato e a provocação de Alcides Monteiro podem ser compreendidos como uma demonstração de coragem, posto que, conforme salienta Mauch (2008, p. 4), para os grupos populares a medida do "ser homem" passava pela demonstração de coragem e força física, a habilidade com armas e não se submeter a ordens de um policial. Os policiais, por sua vez, também estavam sujeitos a avaliações e julgamento constantes, na medida em que tanto sua autoridade, quanto sua masculinidade, estavam

sempre postas à prova (MAUCH, 2008, p. 10). Assim, a agressão de Monteiro aos praças Alípio Cabral e Hildebrando Godói indica a busca do primeiro não só por defender sua honra e masculinidade, abalados no confronto anterior, mas também desqualificar essas características nos soldados da Brigada Militar.

Entretanto, essa perspectiva de análise que intersecciona gênero e classe se complexifica quando acrescida da dimensão racial, trazida no depoimento de Hildebrando à Polícia Militar, em 18 de abril de 1950. Segundo Hildebrando, ao regressarem do "mercadinho", onde haviam tomado "uma caninha", foram atacados por indivíduos armados com adagas e porretes, tendo, na ocasião, ouvido Alcides se dirigir a Alípio exclamando "agora vou te ensinar, negro, a não dar mais em homem", acertando-o com a adaga no pescoço.

Ao direcionar o seu ataque racializado contra Alípio, Alcides expressava não apenas que o conflito estivesse inserido em uma disputa de masculinidade entre populares e uma categoria profissional, como a dos militares, mas uma disputa que envolvia uma dimensão racial. Cláudia Mauch indica que a recorrência de insultos raciais remete à importância que os critérios raciais tinham na classificação moral e social. Essas ofensas racializadas, por sua vez, não partiam exclusivamente dos policiais. Eram, em muitos casos, também destinadas a eles, na medida em que muitos deles eram negros (MAUCH, 2008, p. 17).

A ofensa racializada proferida contra Alípio demonstra a forma como não apenas a masculinidade, mas a concepção de raça, era mobilizada e operada pelos sujeitos sociais em suas situações cotidianas; sobretudo, em seus conflitos. É através da "cotidianidade", conforme analisa Thomas Holt, que a raça é reproduzida socialmente, por meio da marcação de um "Outro" racial, aos quais ideias e práticas racistas acabavam sendo naturalizadas (HOLT, 1995, p. 7). Trata-se de um processo de racialização onde, conforme Rodrigo Weimer, a categoria "raça" passa a ser utilizada como definidora das relações sociais entre as décadas finais do século XIX e o transcorrer do século XX (WEIMER, 2018, p. 496). As discussões propostas por Holt (1995) e indicadas por Weimer (2018) podem ser analisadas no conflito entre brigadianos e populares, na medida em que demonstra como o processo de racialização das relações sociais era operacionalizado por sujeitos populares, como exposto na agressão de Alcides Monteiro a Alípio Cabral, procedida após ofender-lhe racialmente.

Para Karl Monsma, os conflitos envolvendo imigrantes brancos e trabalhadores negros – escravizados, libertos e livres – em São Carlos, região oeste de São Paulo, entre 1880 e 1914, estavam inseridos em uma disputa simbólica. Segundo Monsma, apesar da amizade e solidariedade que, muitas vezes, aproximavam estes trabalhadores, os imigrantes "tentavam se distinguir dos negros em geral e reivindicavam a superioridade racial para não sofrer o mesmo tratamento. Imigrantes e negros lutavam sobretudo pelo capital simbólico" (MONSMA, 2016, p. 240). Conflitos envolvendo imigrantes brancos e negros também eram frequentes no Rio Grande do Sul (NEVES, 2021;

VENDRAME, 2020). Assim, a questão racial, conforme Maíra Ines Vendrame (2020, p. 507), também apareceria como uma desencadeadora de conflitos entre imigrantes italianos e negros em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

As disputas em torno da masculinidade e virilidade entre homens brancos e negros podem ser observadas a partir do debate proposto por Henrique Restier sobre a existência do "duelo viril" entre homens brancos e negros. Segundo Restier (2019, p. 22), a noção de virilidade, parte importante da socialização masculina, ganha relevo em confrontos que perpassam o processo de se constituir homem, ao passo que seriam resultado das posições de poder estruturalmente desiguais existentes entre homens de distintos grupos sócio-raciais. Para Restier, o exercício da virilidade, física e moral, por parte do homem negro, seria o ponto crítico do duelo viril, ao passo que representava um perigo para a ideologia da mestiçagem, ameaçando o lugar dominante da masculinidade do homem branco (RESTIER, 2019, p. 47).

Deste modo, pode-se considerar que as disputas em torno da masculinidade interseccionavam elementos de classe e de raça, sendo que as masculinidades produzidas e reproduzidas por sujeitos como Alcides Monteiro e Alípio Cabral haviam sido alimentadas por uma dimensão racial. Assim, se as masculinidades são produzidas social e culturalmente, possuindo elas próprias uma historicidade, sujeita e mediada por contextos sociais específicos (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 492-493), é verossímil acreditar que diferentes perfis de masculinidade estão em disputa.

O trabalho de Mara Viveros Vigoya oferece importante suporte teórico para analisar esta questão, uma vez que através de uma perspectiva interseccional vai afirmar que "a dominação não se exerce a partir da soma de certas condições, mas a partir de uma determinada forma de habitar o gênero, a classe, a raça, a idade, a nacionalidade etc., como relações que se coproduzem" (VIGOYA, 2018, p. 23)[10]. Vigoya analisa as formas como a masculinidade era experimentada interseccionalmente por homens de diferentes cores na Colômbia. A posição de Vigoya, mulher não-branca, no cenário colombiano fez com que a antropóloga pudesse deslocar suas questões sobre a dominação masculina de "um cenário unidimensional de gênero para outro, pluridimensional, no qual o gênero se entrecruza com outras formas de dominação (de classe, raça e etnicidade)" (VIGOYA, 2018, p. 19-20).

Deste modo, a agressão promovida por Alcides Monteiro e seus parceiros aos soldados da Brigada Militar não se deveu apenas a uma rivalidade dos populares e demais "agentes da lei", a

[10] De acordo com Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 15-16), a interseccionalidade se trata de um conceito heterogêneo que pode ser compreendido como uma importante ferramenta analítica que considera categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária de forma interseccional, isto é, observando a maneira como se inter-relacionam e são moldados de maneira conjunta. Apesar da incorporação do conceito pela academia, a interseccionalidade não pode ser compreendida deslocada de seus aspectos políticos, o conceito é resultado de lutas políticas e sociais de movimentos feministas negros das décadas de 1960 e 1970.

uma disputa para ver "quem é mais homem" ou até mesmo do racismo presente nas concepções racialmente hierarquizadas de Alcides, tampouco é uma soma de todos esses elementos simplesmente. Mas, sim da forma como as relações sociais entre estes homens e as masculinidades produzidas e reproduzidas se entrecruzavam com estes outros marcadores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica sobre a polícia no Brasil e na América Latina, conforme argumentam Bretas e Rosemberg (2013) e Caimari (2016), é relativamente recente e possui grande potencial de desenvolvimento, uma vez que a partir dela é possível investigar aspectos da história social e cultural no espaço urbano e rural, as relações estabelecidas entre diferentes grupos sociais e a forma como a polícia se faz presente no cotidiano da população. De maneira geral, possibilita a investigação sobre o perfil social desses policiais, sua organização, solidariedades, conflitos etc. – isto é, a sua compreensão como sujeitos históricos para além do reducionismo que os define apenas como pertencentes ao aparato repressor do Estado.

As definições acima estavam, em suma, presentes nos objetivos do presente artigo. Ao analisar o conflito envolvendo os brigadianos Hildebrando Godói e Alípio Cabral procurou-se compreendê-los como sujeitos históricos que, embora pertencessem à Brigada Militar, órgão representante da ordem social no Rio Grande do Sul, eram membros das camadas populares e, assim como outros homens populares, compartilhavam espaços e práticas de sociabilidade.

O conflito envolvendo populares e brigadianos pode ser compreendido de maneira interseccional, cujas masculinidades produzidas e reproduzidas por esses homens entrecruzavam elementos de classe e de raça. As relações conflitosas estabelecidas entre estes sujeitos indicaram que suas concepções de masculinidade envolviam noções de honra, valentia e virilidade. "Ser homem" para grande parte desses sujeitos, conforme Cláudia Mauch (2008, p. 4), "passa pela demonstração de coragem e força física, habilidade no manejo de armas, bem como pela intolerância em ser desarmado, ser conduzido pelas ruas, em suma, ter de submeter-se a ordens de um policial". Essas considerações propostas por Mauch (2008) se encaixam nas atitudes de Alcides Monteiro e parecem refletir a forma como sua masculinidade e honra ficaram desacreditadas após a intervenção dos soldados, devendo ser recuperadas.

Entretanto, o aspecto racial também é uma importante chave de análise que deve ser compreendida como uma peça no mosaico que constitui as relações sociais entre sujeitos populares. O ataque de Alcides contra Alípio revela o processo de racialização presente nas disputas que envolviam estes homens, sendo ele – assim como categorias profissionais – elementos constituintes

da masculinidade que contemplava estes aspectos concomitantemente – tratando-se, tanto de um conflito racial generificado, quanto de uma disputa de masculinidade racializada.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Histórico de Porto Alegre

MENEGHETTI, Ildo. *Relatório apresentado à Câmara Municipal*. Porto Alegre, 1952. Arquivo Histórico de Porto Alegre.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APERS. Comarca Porto Alegre. Vara de Execução Criminal. Acondicionador 004.4676. Processo n° 418. 1950. Réus: Paulino Alves dos Santos, Conceição Mello, Alcides Monteiro.

Recenseamentos

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil (1° de setembro de 1940). Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Censo Demográfico: População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil (1° de julho de 1950). Série Regional. Volume XXVIII – Rio Grande do Sul. Tomo 1. Censo Demográfico: População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1955

Bibliografia

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A História da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162- 173, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/?lang=pt> Acesso em: 11 jul. 2023.

CAIMARI, Lila. Los historiadores y la 'cuestión criminal' em América Latina. Notas para um esado de la cuestión. *Revista de Historia de las Prisiones*. N° 2, p. 5-15, 2016. Disponível em: < https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2016/07/doctrina43860.pdf> Acesso em: 11 jul. 2023.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque.* 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONNEL, Raewyn. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade.* Porto Alegre, 20(2), 1995. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725> Acesso em: 11 jul. 2023.

FLORES, Giane Caroline. Entre cervejas, danças e sangue: crime e sociabilidade entre policiais e populares na Porto Alegre de 1889. *Revista Latino-Americana de História*, v. 8, p. 7-21, 2018. Disponível em: < https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/931> Acesso em: 11 jul. 2023.

FLORES, Giane Caroline. "Praça de exemplar comportamento e estimado por seus superiores": Notas de pesquisa sobre o cotidiano policial através de um processo crime (Porto Alegre/ fins do século XIX). *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 314-329, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/70821> Acesso em: 11 jul. 2023.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). *O Historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009.

HOLT, Thomas C. Marking: Race, Race-making, and the Writing of History. *The American Historical Review*, Vol. 100, No. 1, (Feb., 1995), pp. 1-20.

KARNIKOWSKI, Romeu. *De Exército Estadual à Polícia-Militar – o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988).* Tese (Doutorado em Sociologia), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

KIMMEL, Michael Scott. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos.* Porto Alegre, ano 4, n. 9, 1998. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 jul. 2023.

KLAFKE, Álvaro Antonio. WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Zilda e o avião: repensando migrações rural-urbanas no Rio Grande do Sul (1943-1963). *Revista de História da Unisinos*, v. 20, p. 326-338, 2016. Disponível em: < https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2016.203.08> Acesso em: 11 jul. 2023.

KLAFKE, Álvaro Antonio; WEIMER, Rodrigo de Azevedo; FURINI, Vinícius Reis. *A cidade que devora malocas: habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 - c.1973).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929).* São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

MAUCH, Cláudia. "Masculinidade e violência na construção da autoridade de policiais no início do século XX no sul do Brasil". In: SEMINÁRIO: A POLÍCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA:

ARGENTINA E BRASIL. Buenos Aires, 2008. Disponível em <https://docplayer.com.br/30646537-Masculinidade-e-violencia-na-construcao-da-autoridade-de-policiais-no-inicio-do-seculo-xx-no-sul-do-brasil-claudia-mauch-1.html> Acesso em: 26 fev. 2020.

MAUCH, Cláudia. "O processo crime para além dos crimes." *In*: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. XI, 2013, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1405435379.Anais_XI_Mostra_de_Pesquisa.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

MEDEIROS, Laudelino de. *Vilas de malocas. (ensaio de sociologia urbana).* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1951.

MISSE, Michel. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. *Sociedade e Estado.* [online] vol. 26, n. 1, p. 15-27, 2011. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/se/a/3X65HgfGRdF59Dwd9G3dKbM/> Acesso em: 11 jul. 2023.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914.* São Carlos, EDUFSCar, 2016.

NEVES, Norton. "*Não o querem pela razão da cor que tisna sua pelle": Masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul, 1899-1910).* Dissertação (Mestrado em História), São Leopoldo: Unisinos, 2021.

RESTIER, Henrique. "O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço". In: RESTIER, Henrique; SOUZA, R. M. (org.). *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades.* São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SILVA, Fernando Teixeira da. "Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos". In: BATALHA, Cláudio de Henrique Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe. Identidade e diversidade na formação do operariado.* Campinas: Unicamp, 2004.

SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira da. O policiamento da Brigada Militar: uma nova formação discursiva? (1913-1957). In: BETT, Ianko; LAUX, Paola Natalia; LIMA, Bárbara Tikami de. (Org.). *Anais do III Encontro de História Militar e II Colóquio de Pesquisas do Grupo de Estudos em História Militar do MMCMS (GEHM-MMCMS)***.** 1ed. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2020, v. 2, p. 122-135.

SILVEIRA, Elaine Rosner da. "Casas de Homens" – O jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre (RS). *Sociologias.* Porto Alegre: ano 1, n. 02, jul/dez, 1999, p. 272-293. Disponível em: < https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/6974> Acesso em: 11 jul. 2023.

SOUZA, Luís Antônio F., ROSEMBERG, André. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. *Patrimônio e memória.* UNESP, v. 5, n. 2, p. 159-173, 2009. Disponível em: < https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/175> Acesso em: 11 jul. 2023.

VARGAS, Anderson Zalewski. *Os subterrâneos de Porto Alegre*: imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919). Porto Alegre: Editora Letra 1, 2017.

VENDRAME, Maíra Ines. "Não tinha medo dos gringos": violência e crime nas regiões de colonização italiana do Sul do Brasil. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 24, n. 3, p. 502-515, set./out. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.13> Acesso em: 03 nov. 2023.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América.* Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Gilda de todas as "cores": construção de imagens racializadas das "vilas de malocas". Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e por direitos sociais no Brasil.* São Leopoldo: Oikos, 2018. pp.495-528. E-book.